

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas**

Andressa Bierhals Schaefer

A literatura indígena na escola: da invisibilidade ao aparecimento

**Porto Alegre
2016**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas**

Andressa Bierhals Schaefer

A literatura indígena na escola: da invisibilidade ao aparecimento

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras pelo curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Lúcia Liberato Tettamanzy

**Porto Alegre
2016**

Andressa Bierhals Schaefer

A literatura indígena na escola: da invisibilidade ao aparecimento

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras pelo curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Lúcia Liberato Tettamanzy

APROVADA: Porto Alegre, 14 de dezembro de 2016.

Doutoranda Camila Alexandrini
PUCRS

Mestranda Sofia Robin Ávila da Silva
UFRGS

Prof^a Dr^a Ana Lúcia Liberato Tettamanzy
Orientadora UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, sempre presente em minha vida, auxiliando-me com palavras de incentivo e ajuda.

Agradeço aos meus amigos, companhias constantes em todos os momentos e situações boas e ruins.

Agradeço aos colegas professores das escolas onde trabalhei, por todas as parcerias nos projetos e no trabalho do dia a dia.

A todos os alunos que tive durante estes 16 anos de prática como professora, que me ensinam todos os dias a importância de ensinar com amor e com respeito ao mundo do outro.

Ao Museu da UFRGS, que promoveu a Exposição *Oretatapy: presença Mbyá-Guarani no sul e sudeste do Brasil* e possibilitou a visita de nossa escola e o empréstimo da caixa educativa para os alunos, proporcionando também a participação na II Semana com a Cultura Guarani-Mbyá, com a visita à aldeia.

Ao povo Guarani e ao Cacique Vherá Poty, que proporcionou aos meus alunos e a mim experiências incríveis de diálogo no Museu da UFRGS e de vivência de um dia na aldeia Tekoá Pindó Mirim (Terra Indígena de Itapuã, Viamão).

Ao escritor indígena Daniel Munduruku, que veio até Canoas e propiciou um encontro com meus alunos em uma Feira do Livro, nos presenteando com histórias incríveis.

E, finalmente, um agradecimento especial a minha professora orientadora Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, que abriu meus olhos para a existência da fascinante literatura indígena.

“Porque a palavra indígena sempre existiu [...] na esperança de cultivar o direito de sonhar e a liberdade de expressão, sempre.”

Graça Graúna

“ Nós gostamos de ser o que somos porque somos parte de um povo e temos orgulho de nossa gente, de nossa história, de nossos antepassados. E queremos contar aos nossos filhos tudo o que aprendemos, e queremos que eles contem para seus filhos e para os filhos de seus filhos.

Só assim continuaremos vivos...

...e livres...”

Kabá Darebu, Daniel Munduruku

RESUMO

O presente trabalho expõe o início do aparecimento da literatura indígena nas escolas, contrapondo com a invisibilidade que sempre existiu, através do surgimento, nas bibliotecas escolares, de algumas obras literárias produzidas por escritores indígenas distribuídas nas escolas através dos programas de distribuição de livros promovidos pelo Ministério da Educação, além de discorrer sobre o desenvolvimento da atual literatura indígena brasileira. Trata-se também do relato do desenvolvimento de um projeto sobre cultura e literatura indígena desenvolvido em uma escola, envolvendo múltiplos letramentos com estas culturas e literaturas indígenas, promovendo a formação de leitores multiculturais e multiletrados. Uma das obras utilizadas neste projeto - “Meu vô Apolinário – Um mergulho no rio da (minha) memória” - do escritor Daniel Munduruku, também é analisada em alguns aspectos literários.

Palavras-chave: Literatura indígena; Multiletramentos; Educação; Daniel Munduruku;

ABSTRACT

The present work exposes the beginning of the appearance of indigenous literature in schools, in contrast with the invisibility that has always existed, through the emergence, in school libraries, of some literary works produced by indigenous writers distributed in schools through the book distribution programs promoted by Ministério da Educação, in addition to discussing the development of the current Brazilian native literature. It is also the report of the development of a project on indigenous culture and literature developed in a school, involving multiple literacies with these indigenous cultures and literatures, promoting the formation of multicultural and multiliterate readers. One of the works used in this project - "Meu vô Apolinário – Um mergulho no rio da (minha) memória" - by the writer Daniel Munduruku, is also analyzed in some literary aspects.

Keywords: Native Literature; Multiliteracy; Education; Daniel Munduruku.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. O “SURGIMENTO” DE UMA LITERATURA INDÍGENA	9
3. MÚLTIPLOS LETRAMENTOS INDÍGENAS NA ESCOLA	15
4. A LITERATURA INDÍGENA DE DANIEL MUNDURUKU	20
5. REFLEXÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS 1.....	29
ANEXOS 2.....	31

1. INTRODUÇÃO

Meu trabalho como professora dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública municipal na cidade de Canoas foi determinante para a escolha do tema deste estudo. Com o compromisso de se trabalhar a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena com os alunos, de acordo com a lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena na escola, sempre busquei materiais para subsidiar este tema. No ano de 2012, com a proximidade da “data comemorativa” dia do índio, um aluno, de 8 anos, diz: “- Professora, está chegando o dia do índio! Vamos nos pintar e fazer um cocar!”. Com esta colocação percebi a necessidade de realizar um trabalho mostrando outros aspectos da cultura indígena, os quais trabalhei no projeto desenvolvido com minha turma de 2º ano na época, “Múltiplos letramentos com a cultura indígena”, com foco na alfabetização, utilizando a literatura indígena. Realizamos uma visita ao Museu da UFRGS, que promovia a exposição *Oretatapy: presença Mbyá-Guarani no sul e sudeste do Brasil* e, nesta visita, encontramos o Cacique Guarani Vherá Poty, tendo a oportunidade de conversar com ele. Na Feira do Livro da cidade de Canoas tivemos um encontro com o escritor indígena Daniel Munduruku. A conversa com o escritor foi esclarecedora sobre muitos aspectos da cultura indígena, tanto para mim, enquanto professora, quanto para meus alunos, e despertou em mim o desejo de aprofundar-me no estudo da literatura indígena produzida no nosso país e, principalmente, por este escritor.

No ano de 2014, através do contato do museu da UFRGS com o convite para participar da II Semana com a Cultura Guarani-Mbyá, retomei com meus alunos o projeto “Múltiplos Letramentos com as Culturas Indígenas II”. Realizamos uma visita à aldeia Tekoá Pindó Mirim, na terra indígena de Itapuã, em Viamão, onde retomamos o contato com o cacique Vherá Poty, que muitos alunos já conheciam da exposição *Oretatapy*. O projeto tinha foco no desenvolvimento da capacidade de letramento dos alunos, através do contato com a literatura indígena direcionada para as crianças, desenvolvida pelos escritores indígenas atualmente.

Neste contexto, aprofundei meus estudos na obra do escritor indígena Daniel Munduruku, um dos mais conhecidos no cenário literário atual da literatura indígena. Neste ano de 2016 este autor está completando 20 anos de literatura, comemorado com o

lançamento de um canal no Youtube¹: o uso de novas mídias pelos autores indígenas é um fato que também pode ser constatado. Além deste canal de vídeos, o autor possui um blog² na Internet, e muitos autores indígenas também utilizam este tipo de comunicação para chegar a seus leitores, utilizando meios de produção, circulação e divulgação ocidentais para que seus textos cheguem ao público-alvo a que se destinam.

Os livros deste autor têm marcado presença nas bibliotecas escolares das escolas públicas, através de projetos de distribuição de livros realizados pelo Governo Federal. Um destes projetos, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), é desenvolvido desde 1997 e tem distribuído livros deste e de outros autores indígenas para todos os níveis de ensino, demonstrando como a presença da literatura indígena tem aparecido um pouco mais frequentemente nas escolas, mas ainda de maneira insuficiente. A presença da produção literária do escritor Daniel Munduruku pode ser constatada através dos livros presentes na escola onde trabalho, distribuídos por programas do MEC: “Meu Vô Apolinário” da editora Studio Nobel, distribuído em 2005; “Catando piolhos, contando histórias”, da editora Brinque-Book, distribuído no ano de 2008; “Kabá Darebu”, também da editora Brinque-book, distribuído no ano de 2011; e “Karu Taru”, editora Edelbra, distribuído às escolas no ano de 2014.

Neste trabalho analisarei aspectos da literatura indígena presentes em algumas destas obras, além de discorrer sobre o desenvolvimento da atual literatura indígena brasileira e também sobre o desenvolvimento de um projeto sobre cultura e literatura indígena desenvolvido na escola onde trabalho, envolvendo múltiplos letramentos com estas culturas.

¹ <https://www.youtube.com/user/dmunduruku>

² <http://danielmunduruku.blogspot.com.br/>

2. O “SURGIMENTO” DE UMA LITERATURA INDÍGENA

Historicamente, a matéria literária dos povos indígenas foi sistematicamente impedida de configurar uma literatura, já que a leitura do indígena, predominantemente, foi feita pelos olhos do outro, branco/ocidental/europeu; em relação a isso o estudo da literatura indígena conduz a uma reflexão sobre o outro, propondo o diálogo entre a voz indígena e a voz não indígena. Ao longo da história da colonização, os povos indígenas foram impossibilitados de escrever e até mesmo de falar em sua própria língua, através de proibições realizadas por missões religiosas, funcionários de governo e até mesmo pela população não indígena. Apesar disso, os indígenas resistiram, pois ainda são faladas mais de 180 línguas indígenas por mais de 240 povos no Brasil. A literatura indígena contemporânea torna-se, então, um espaço de diálogo entre os autores e seus leitores, desconstruindo os estereótipos sobre o índio cultivados ao longo dos séculos e dialogando com eles mesmos sobre suas identidades e denominações.

Maria Inês de Almeida, professora coordenadora do Núcleo Transdisciplinar de Pesquisas Literárias: escrita, leitura e traduções, da Faculdade de Letras da UFMG, que realiza experiências literárias de escrita, leitura, tradução e edição com professores indígenas, reflete sobre a inserção de textualidades indígenas no conjunto diverso da literatura brasileira e a possibilidade de pensar essas textualidades como poéticas da tradução. Trabalhando desde 1996 com professores indígenas na produção de material didático para as escolas indígenas, no Programa de Implantação das Escolas Indígenas, assessorando a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, essa autora desenvolve ideias sobre a literatura indígena situada no campo dos estudos literários. Considerando esta autora, ao lado de Janice Thiél, outra professora e pesquisadora da literatura indígena, que os livros indígenas já configuram uma realidade e acabam propondo um verdadeiro diálogo entre culturas, à base de produtos culturais diferentes:

As relações intersemióticas entre os livros e os outros objetos produzidos pelos índios, entre os livros dos índios e os dos brancos, entre os textos antigos e os modernos, entre os textos audiovisuais e os impressos, acabarão por produzir novos espaços de inclusão – fricções interculturais – mais adequados à pluralidade da sociedade brasileira. Quanto mais se vê, mais se conhece, e mais se ama: essa lógica ideal justifica o esforço de publicação dos textos indígenas. (ALMEIDA, 2014, p 20)

Almeida (2014, p 20) observa que, na crescente e já volumosa produção literária indígena, pode ser vislumbrada a possibilidade de que as marcas étnicas diversas traduzam-se em variados estilos, formando no seu conjunto a literatura indígena contemporânea, parte da literatura brasileira, embora nem sempre fiel à hegemonia da língua portuguesa.

Na questão da poética da tradução, professores indígenas vivem a experiência da “[...] transcrição das vozes pronunciadas pelos mais velhos das aldeias e no esforço de traduzi-las, inseri-las na cultura do impresso;[...]” (Almeida, 2014, p. 20)

A produção de livros indígenas é caracterizada pela autoria coletiva, pela relação com as narrativas orais, pela necessidade de se escrever em uma determinada língua, muitas vezes para salvá-la da extinção; através da prática tradutória produzem-se textos em diversas mídias e formas, por grupos heterogêneos e que resultam no que Almeida chama de textualidades indígenas. Não se pode esquecer, também, que os indígenas têm utilizado a escrita e a publicação de livros porque é isso que a sociedade não-indígena reconhece como literatura.

Em relação a autoria coletiva, não é o sujeito individual que escreve, e sim a coletividade, as comunidades, e por essa razão a que a literatura indígena nasce de uma escrita que é política, servindo também para garantir a continuidade de suas gerações. Essa escrita, desenvolvida por autores contemporâneos, propõe uma revisão da história oficial de nosso país e dos estereótipos construídos pelos colonizadores. Essa literatura, trazendo a perspectiva de comunidades consideradas periféricas em relação à cultura hegemônica ocidental, demonstra a vontade de afirmação cultural e identitária.

Como nos diz ALMEIDA (2005, p. 1), ao falar do livro como objeto, diz que ele é o lugar da reconstrução da memória indígena no Brasil, construindo-se sobre os escombros da história e o esquecimento do seu passado. E também:

E a escrita e seus meios são instrumentos que os índios estão utilizando para configurar suas identidades. Identidades, não como essência, mas resultantes de processos de identificação do sujeito ao complexo de formações discursivas historicamente (ideologicamente) determinadas. (Almeida, 2005, p.2)

Na publicação sobre a literatura Xacriabá, pelo Núcleo Literaterras (já citado), o estudo sobre a tradição oral é enfatizado, já que é através da tradição oral que os indígenas buscam recuperar sua cultura, identidade e, nesse caso, a língua materna. A memória coletiva é recuperada através da oralidade, preservando e propagando seu patrimônio cultural de geração a geração. A produção de literatura escrita é recente, iniciando com o aparecimento das escolas nas aldeias e a necessidade de produzir uma literatura para o trabalho nestas escolas. O que não quer dizer que a literatura indígena nasce apenas neste momento: as tradições poéticas orais sempre existiram nas aldeias. A escrita passa a ser um apoio para a manutenção das tradições e identidades indígenas. Os indígenas, ao criarem suas escolas e apropriarem-se da escrita para

contar suas histórias, o fazem para representarem, a si e ao seu universo, para o mundo fora da aldeia. Neste sentido, a escola indígena existe como espaço político.

A professora Janice Thiél, que desenvolve pesquisas sobre Poéticas do Contemporâneo, incluindo literatura indígena brasileira e norte americana, participa com sua tese de doutoramento de uma coleção intitulada Práticas Docentes, direcionada a professores da educação básica, que propõe fazer uma mediação entre os estudos produzidos na Universidade e as práticas educacionais realizadas pelos professores em sala de aula. A autora utiliza, na sua tese, que também é o nome do livro, “[...] a expressão *pele silenciosa* para remeter à invisibilidade do índio e à ausência de sua voz na produção literária nacional.; já “[...] a expressão *pele sonora* propõe que o índio possui voz própria e a manifesta em textos de resistência e por meio de textualidades variadas”. (THIÉL, 2012, p. 11)

Propondo romper com o silêncio e a invisibilidade impostos aos indígenas durante séculos, o livro apresenta sugestões de atividades para serem trabalhadas em sala de aula, inserindo a literatura indígena e demonstrando uma possibilidade de trabalho para os docentes, já que ainda é predominante o desconhecimento e o preconceito sobre os povos originários e sua herança, tanto na escola e na universidade como na sociedade brasileira. A autora propõe que estudar a literatura significa conhecer não só os textos canônicos, mas também os textos geralmente considerados periféricos; são textos, como os de literatura indígena, que apresentam desafios, mas instigantes pela gama e hibridismo de gêneros, pela multiplicidade de linguagens e culturas criadoras e pela diversidade de suas convenções discursivas.

Ao questionar sobre a possibilidade de existência ou não de uma literatura indígena brasileira, Thiél afirma que esta existe sim, ao constatar que há autores indígenas, citando Daniel Munduruku, aparecendo em antologias que incluem autores que fazem parte do cânone literário ocidental, fato constatado também pela presença de livros de escritores indígenas distribuídos em programas do governo federal, reconhecendo também o gênero narrativo híbrido conto/mito/história, que é característico da textualidade indígena. Ainda segundo Thiél (2012, p. 73), as textualidades indígenas devem ser interpretadas em sua contextualização cultural e estética, para que esta literatura alcance a sala de aula e que seus leitores, professores e alunos, disponham de referenciais teóricos para interpretá-las. O texto literário indígena, ao partir de uma cultura e tradição literária, e chegar em um leitor que aprendeu a ler textos literários segundo outra cultura e tradição literária, exige referenciais e critérios de leitura específicos, constituindo um desafio permanente para o leitor.

Através das narrativas míticas, as obras indígenas promovem vínculos entre as gerações, ao preservarem a memória ancestral. Nas comunidades indígenas, o mito não é uma construção

ficcional, como em outras tradições literárias, e sim construção social, entendido como “verdadeiro saber” (THIÉL, 2016)

Graça Graúna, escritora indígena Potiguara (RN), doutora em Teoria Literária e Pós-Doutora em Educação, Literatura e Direitos Indígenas, educadora universitária na área de Literatura e Direitos Humanos, define assim a literatura indígena contemporânea:

A literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones. (GRAÚNA, 2013, p. 15).

Thiél (2012) afirma que a literatura indígena brasileira tem uma estética que não recebe a mesma consideração que a estética de obras ocidentais mas, ao nascer e circular pelo espaço de formação que é a escola, pode haver a revisão dos cânones literários, através do trabalho efetivo dos professores. Apontando quatro aspectos sobre a literatura indígena para que o trabalho com práticas leitoras possa ser desenvolvido em sala de aula, a autora afirma que

O estudo da textualidade indígena deve levar em conta o entrelugar cultural dessa produção. A textualidade indígena composta entre a letra e o desenho, entre o olhar e a voz, altera a construção da linguagem poética e imprime estilos particulares à criação literária. (THIÉL, 2012, p.38)

Um destes aspectos, o entrelugar, caracteriza que a produção indígena “[...]está localizada entre a oralidade e a escrita, entre línguas nativas e europeias, entre tradições literárias europeias e indígenas, entre sujeição e resistência.” (THIÉL, 2016, p. 92)

A questão dos gêneros literários exemplifica a questão do hibridismo cultural e do diálogo entre tradições literárias, assim como para especificidades da construção das textualidades indígenas, em relação à presença de elementos provenientes da oralidade ou vinculados à visualidade. Nas obras indígenas uma das questões referentes ao gênero tem a ver com quem define um texto como conto, por exemplo, e sob quais visões de classificação, já que estas obras têm uma complexidade pela interação de multimodalidades discursivas, criadas no encontro com a oralidade, a performatividade e a escrita alfabética.

Almeida (2009, p.92), utiliza o termo verbivocovisual (de Haroldo de Campos) para confirmar que elementos verbais, sonoros e visuais, estão presentes nos textos indígenas, que se mostram diferentes tanto da escrita alfabética como das práticas tradicionais literárias.

Em relação a autoria indígena, esta noção pode envolver a produção de um escritor que expressa sua voz individual ou uma voz coletiva; “[...] a marcação autoral indígena conduz ainda ao reconhecimento de um *outro* que afirma sua(s) identidade(s).” (Thiél, 2012, p. 86)

A autoria indígena é, então, problematizada pela autora:

A questão da autoria marca diferença e indica a localização social, histórica e política do escritor periférico situada em um entrelugar de negociação entre *filiações* e *afiliações*. Uso o termo filiação como descendência, decorrente de laços sanguíneos ou culturais com comunidades tribais. Já o termo afiliação tem a ver com associação, contatos com o centro de poder e suas margens, negociações com poéticas ocidentais e extraocidentais. ”(THIÉL, 2012 p. 86)

O autor indígena é também autor-criador e representante de uma cultura tribal, além de criador de uma produção artística individual e transmissor de uma produção artística coletiva. Na definição de Almeida e Queiroz (2004, p. 216):

A autoria indígena se configura através de determinados signos, inclusive extra-verbais, que querem significar a forma de ser dos grupos ali representados. É a apresentação da comunidade, até certo ponto ritualizada, no sentido que os próprios índios atribuem a esse termo: um grupo de “parentes”, próximos ou distantes, amigos ou inimigos, ligados por laços de sangue ou não, mas que compactuam para determinados fins; sendo assim um grupo político. E sua literatura faz parte de sua política.

As textualidades indígenas, colocadas em uma situação contraditória, já que, apesar de produzidas em projetos de resistência ao discurso do colonizador, encontram-se inseridas nas sociedades hegemônicas, obrigam os autores indígenas a negociarem com estas novos lugares para tornarem visível a história, a textualidade e a identidade indígenas.

A composição multimodal da literatura indígena brasileira também é um dos aspectos apontados por Thiél (2012): ao lado da escrita alfabética há outros elementos compondo o texto, como elementos visuais/grafismos, que não são apenas ilustrações. A palavra escrita, tão privilegiada pela literatura canônica, por vezes é um complemento do elemento visual. Uma marca de autoria na textualidade indígena também é o aspecto da visualidade na narrativa.

Como nos diz Thiél (2012, p. 99): “O texto indígena pode ter sido escrito não por duas mãos, mas por cem mil vozes ou mais. Essas vozes narraram até o momento em que sua palavra-voz-imagem se fez palavra-letra-imagem”.

Conforme definido por Graúna (2012, p. 275):

A nossa literatura contemporânea é um dos instrumentos que dispomos também para refletir acerca das tragédias cometidas pelos colonizadores contra os povos indígenas; a literatura é também um instrumento de paz a fim de cantarmos a esperança de que dias melhores virão para os povos indígenas no Brasil e em outras partes do mundo. Fazer literatura indígena é uma forma de compartilhar com os parentes e com os não indígenas a nossa história de resistência, as nossas conquistas, os desafios, as derrotas, as vitórias [...]

Tettamanzy (2010) nos traz a ideia de que esta recente produção literária dos indígenas pertence a uma “periferia”; na “ampliação da produção literária e cultural encontra-se [...] criações provenientes das margens do sistema, seja ele social, literário, cultural.” Como nos traz Almeida (2004, p. 200), a Literatura Indígena é “uma espécie de exceção, um desvio, nas margens do sistema literário brasileiro, em que se podem vislumbrar marcas de um estilo que surge.”

3. MÚLTIPLOS LETRAMENTOS INDÍGENAS NA ESCOLA

De modo geral, sabemos que as questões indígenas na escola ainda são tratadas com intenso desconhecimento por parte da maioria dos professores, tanto na educação básica como no ensino superior; ainda é pequena a parcela de professores dedicados a estudar esta história e literatura até mesmo nas universidades. Não é incomum constatarmos que o discurso do desaparecimento dos povos indígenas, transmitido nas escolas por muito tempo, ainda está presente, apesar de existirem mecanismos para a inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena, como os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre a questão da pluralidade cultural, publicado em 1997; ou com a lei 11.645/2008, que determina que o trabalho com a história e cultura afro-brasileira e indígena seja desenvolvido nas escolas.

Segundo o document da Base Nacional Comum Curricular³, atualmente em discussão em todo nosso país:

A Educação para as Relações Étnico-Raciais, prevista no art. 26A da Lei nº 9.394/1996 (LDB), objetiva a ampliação de conhecimentos acerca da educação para as relações étnico-raciais e, conseqüentemente, para a eliminação do racismo e do etnocentrismo no ambiente escolar e na sociedade brasileira. O estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008) é ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras, em todas as etapas da Educação Básica, compreendendo a história e a cultura que caracterizam a formação da população brasileira.

Quando ainda estava na escola, entre os anos 80/90, lembro que as professoras, para “comemorar” o dia do índio em 19 de abril, ensinavam aos alunos uma música que dizia assim:

“Na tribo eles vivem comento raiz, caçando e pescando guerreando feliz,
a oca é a morada, cacique é o guerreiro,
a taba é a aldeia, pajé é o feiticeiro,
Deus é tupã, a lua é jaci, a língua que eles falam é o tupi-guarani.”...

A ignorância em relação à diversidade cultural dos povos indígenas brasileiros, observada tanto nesta música como na comemoração do dia do índio é flagrante em muitas escolas, com a pintura de desenhos de índios, construção de cocares, etc. Um outro aspecto em que não há muita divulgação para os professores é a literatura indígena brasileira contemporânea.

³ BNCC, 2ª versão, disponibilizada em 3 de maio de 2016, disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>

Nos acervos de livros distribuídos aos professores nas escolas, através do Programa Nacional Biblioteca na Escola – Biblioteca do Professor, que contém livros teóricos sobre diversas áreas, como literatura infantil e infanto-juvenil, é praticamente inexistente a presença da literatura indígena (COELHO, 2000);(SILVA, 2009), apesar de constatarmos a presença de alguns livros de literatura indígena classificados como literatura infanto-juvenil desde, aproximadamente, o ano de 2007, na distribuição de acervos pelo MEC. Esse fato comprova o que Tettamanzy, (2013, p. 41) nos coloca em um artigo intitulado “Mais um sequestro na literatura brasileira: o caso das literaturas indígenas”, ao citar um artigo de Haroldo de Campos, em que este critica a perspectiva de história literária de Antonio Candido, que situa no Arcadismo o início da Literatura Brasileira, excluindo as contribuições do Barroco na literatura nacional:

Semelhante sequestro, a nosso ver, ocorre no presente com as literaturas indígenas. Para além do silenciamento e da invisibilidade impostos ao longo de séculos sobre esses “brasileiros mais antigos”, cientistas/naturalistas e artistas legaram imagens exóticas ou distanciadas de sua figura, e suas narrativas, poemas, mitos, danças, pintura e artesanato foram ignorados pelos historiadores e críticos literários, posto que desprovidos de intencionalidade estética e do status de arte.

Podemos perceber, então, que o maior conhecimento sobre a grande diversidade dos povos indígenas brasileiros é recente; só há pouco tempo é que a diversidade étnica, cultural, social e linguística dos indígenas brasileiros está sendo divulgada de maneira mais frequente. Um dos instrumentos utilizados pelos povos indígenas para realizar a divulgação destes aspectos culturais é a literatura.

Como um modo de auxiliar os professores na tarefa de substituir o silêncio e a invisibilidade dos grupos indígenas, alguns esforços tem sido feitos pelo MEC (Ministério da Educação), que distribui livros para as escolas de Educação básica, através de programas como Biblioteca na escola, e até mesmo nas coleções distribuídas também pelo MEC que fazem parte do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), em que é possível notar a presença de alguns livros escritos por autores indígenas. A inserção e o trabalho com a literatura indígena nas escolas é capaz de desconstruir estereótipos que há muito permanecem quando se trata dos povos antigos do Brasil, proporcionando “formação e letramento cultural, literário, informacional e crítico”. (Thiél, 2016, p.91)

Ao falar sobre a formação de leitores, Thiél (2016, p. 91) afirma ainda que “[...] é fundamental que formemos leitores que, desde as séries iniciais, conheçam a pluralidade cultural brasileira e reconheçam a presença e a contribuição das muitas etnias que constituem as culturas aqui desenvolvidas.”

Ao desenvolver com minhas turmas de Ensino Fundamental o projeto “Múltiplos Letramentos com as Culturas Indígenas” deparei-me, primeiramente, com a dificuldade em acessar material sobre as questões indígenas que fosse acessível às crianças. Como o foco do projeto era o desenvolvimento do letramento dos alunos, senti a necessidade de aprofundar-me nas questões literárias; mas, ao buscar estudos teóricos sobre a literatura indígena brasileira, não encontrei nenhum na biblioteca escolar – já citei que em guias e volumes distribuídos pelo MEC às escolas não havia sequer menção à literatura indígena.

Uma das primeiras atividades de conhecimento da cultura indígena que realizei com meus alunos foi a visita à exposição *Oretatapy: presença Mbyá-Guarani no sul e sudeste do Brasil* (Anexo 2.1), promovida pelo Museu da UFRGS, juntamente com o empréstimo de uma caixa educativa do museu (anexo 2.2), que levei para a escola antes da visita como atividade de preparação dos alunos à visita. Essa caixa continha um riquíssimo material sobre a cultura indígena do estado, com esculturas em madeira de animais, cestaria, postais com fotografias, mapa mostrando a presença Guarani e livros apropriados para o estudo dos professores sobre diversidade, presença indígena na cidade e também sobre o povo Guarani. A caixa continha também o livro-CD ‘Yv’y Poty, Yva’á – Flores e Frutos da Terra’, que traz cantos e danças tradicionais Mbyá-Guarani, produzido em parceria entre grupos de três comunidades da Grande Porto Alegre, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em projeto apoiado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Na caixa havia também os filmes “Os seres da mata e sua vida como pessoas”, mostrando aspectos da cultura Mbyá-Guarani, e “A mata é que mostra nossa comida”, da cultura Kaingang, do Projeto Documentário Cultura Material dos Coletivos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba/ Porto Alegre, elaborado e coordenado pelo Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e também o filme “Duas aldeias, uma caminhada”, do projeto Vídeo nas Aldeias. Também do projeto Vídeo nas aldeias⁴ trabalhei com meus alunos a série “Índios no Brasil”, que trata-se de 10 filmes que mostram como vivem e o que pensam os índios de nove povos do Brasil. Tettamanzy (2015, p.164) cita que:

Não se pode esquecer ainda a instigante criação que os povos autóctones vêm produzindo nos meios audiovisuais, em que a musicalidade de cantos e danças e as narrativas traduzem suas formas e conteúdos para os suportes do CD e do vídeo.

⁴ <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>

Utilizando os meios da cultura dominante, os autores indígenas estão fazendo-se reconhecer escrevendo a partir de sua cultura; “[...] as novas mídias digitais têm tido papel significativo na circulação de informação e mobilização social [...]” (FRIES, 2013)

Thiél (2012, p. 87-88) ao falar da composição multimodal dos textos indígenas, cita que “uma vez que os significados das textualidades indígenas emergem de modalidades variadas – escrita, imagens, movimentos, áudio – e de suas combinações, um novo conceito de letramento é proposto, promovido pela leitura de obras indígenas”. Comprovo estas constatações com meu próprio percurso ao realizar a pesquisa para trabalhar o tema da cultura indígena com meus alunos: encontrei muitos materiais em meios audiovisuais e em domínios da internet, já que a presença de textos sobre a cultura indígena em livros didáticos e nas bibliotecas escolares era praticamente insuficiente, quando inexistente.

Uma das iniciativas indígenas que utilizam as mídias digitais é a rádio Yandê⁵, “A 1ª rádioweb de cultura indígena do Brasil”, que também assim se define: “A rádio Yandê é imprescindível para que nós indígenas sejamos protagonistas de nossa própria história”. Contando com uma infinidade de materiais, como áudios de indígenas falando sobre suas realizações e textos publicados no domínio da internet, a rádio também é um instrumento para a divulgação do “modo tradicional indígena, agora em formato digital”.

Após explorar com os alunos os materiais da caixa educativa e assistir aos filmes, tivemos uma grande surpresa no dia da visita ao Museu: o cacique Vherá Poty estava presente. Os alunos ficaram animados ao ver “o índio do filme” (conforme me diziam) pessoalmente, e puderam conversar sobre questões da cultura indígena já conversadas e exploradas em sala de aula também. (anexo 2.3)

Para dar prosseguimento ao projeto, comecei a explorar então a biblioteca escolar e fui encontrando alguns materiais para subsidiar minha atuação: encontrei as publicações do Comin – Conselho de Missão entre Povos Indígenas⁶, que divulga um caderno por ano, na Semana dos Povos Indígenas, contemplando de maneira mais aprofundada e sob aspectos históricos e culturais um dos povos indígenas brasileiros; o domínio Povos Indígenas no Brasil Mirim⁷, com atividades adequadas para as crianças conhecerem a cultura indígena. Encontrei também livros de literatura, principalmente de Daniel Munduruku e comecei a descobri-los juntamente com os

⁵ <http://radioyande.com/>

⁶ <http://comin.org.br/>

⁷ <https://pibmirim.socioambiental.org/pt-br>

alunos. Naquele mesmo ano este autor fez uma participação na seção “Encontro com escritores”, da Feira do Livro da cidade de Canoas, quando levei meus alunos para assisti-lo e pudemos ouvir histórias do povo Munduruku e aprender sobre alguns costumes e histórias indígenas (anexo 2.4). Além de Daniel Munduruku, trabalhei também com histórias do autor também indígena Kaká Werá Jecupé.

Em relação ao trabalho com os livros de literatura indígena, realizei uma leitura para a turma toda, onde a cada dia lia um capítulo do livro “Meu vô Apolinário” e, ao realizar a interpretação do texto juntamente com os alunos, trazia a eles a questão da memória. Ao terminar a leitura do livro, realizamos várias atividades, como entrevista a uma pessoa idosa para conhecer como era o modo de vida das crianças antigamente; escrita de seu autorretrato/autobiografia, após a leitura da autobiografia de Daniel Munduruku em seu sítio na internet; exploração e leitura de outros livros de autores indígenas que encontramos na biblioteca, como o Livro das Árvores, do povo Ticuna, e outros que levei, como Coisas de Onça, também de Daniel Munduruku, e que foi distribuído pela Secretaria Municipal de Educação de Canoas para as escolas que participariam da conversa com o escritor na Feira do Livro. Com as histórias indígenas de Kaká Werá Jecupé também realizamos leituras: em alguns momentos eu lia para eles, ou eles recebiam o texto para ler, ou um colega mais fluente na leitura era quem lia.

Dois anos depois, ao desenvolver o projeto novamente, participamos de uma atividade promovida pelo Museu da UFRGS: na II Semana com a Cultura Guarani-Mbyá, minha turma de alunos e mais algumas turmas da escola participaram de uma visita à aldeia Tekoá Pindó Mirim (Terra Indígena de Itapuã, Viamão) (anexos 2.5 e 2.6).

Conhecer a literatura nacional significa conhecer não só os textos canônicos, mas também textos provenientes da diversidade cultural do país. A literatura de um povo é composta da literatura de muitos povos, e ao falar de literatura brasileira estamos falando de muitas literaturas, culturas e vozes; literatura composta por textualidades que vêm de culturas e comunidades indígenas. Os textos da literatura indígena devem ser apresentados as crianças como forma de conhecimento e inclusão do outro, como prática de multiletramento e de leitura de multimodalidades textuais.

4. A LITERATURA INDÍGENA DE DANIEL MUNDURUKU

Daniel Munduruku é um dos mais conhecidos escritores indígenas brasileiros. É membro do povo Munduruku do Pará. Possui graduação em Filosofia, tem licenciatura em História e Psicologia, é doutor em Educação e pós-doutor em Literatura com ênfase na Literatura Indígena, É autor de 50 livros para o público infantil, juvenil e educadores. É Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República desde 2008. Em 2013 recebeu a mesma honraria na categoria da Grã-Cruz, a mais importante honraria oficial a um cidadão brasileiro na área da cultura. Membro Fundador da Academia de Letras de Lorena. Atua no contexto do movimento indígena brasileiro e é o diretor-presidente do Instituto UK'A - Casa dos Saberes Ancestrais. Como escritor tem proferido palestras e oficinas para crianças, jovens e educadores. Anualmente organiza o encontro nacional de escritores e artistas indígenas que acontece no contexto do Salão FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens. É o fundador da UK'A Editorial cujo objetivo é publicar obras de qualidade sobre a temática indígena. Esteve em vários países da Europa, participando de conferências e ministrando oficinas culturais para crianças, com o intuito de dialogar sobre a cultura indígena. Recebeu diversos prêmios no Brasil e exterior, entre eles o Prêmio Jabuti; Prêmio da Academia Brasileira de Letras; Prêmio Érico Vanucci Mendes (outorgado pelo CNPq); e Prêmio Tolerância (outorgado pela UNESCO). Muitos de seus livros receberam o selo Altamente Recomendável outorgado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Utiliza as redes sociais, como um blog, um canal no Youtube e no Facebook para realizar o contato com seus leitores, onde publica também textos teóricos sobre literatura indígena; em 2002 participou de um Projeto na internet intitulado Brincando na Rede, em que construiu um livro com a participação das crianças internautas. Neste ano de 2016 está completando 20 anos de literatura.

A origem do nome Munduruku vem do ruído que vem dos pés, nas expedições de caça e pesca ou guerra; por isso o grupo foi denominado de formigas gigantes. A maior parte deste povo vive no Pará, na margem direita do rio Tapajós. O povo Munduruku, juntamente com outros povos indígenas, vem lutando pela demarcação de suas terras no território do Pará; a demarcação de terras indígenas é fundamental para garantir a sobrevivência dos mais de 240 povos indígenas do Brasil.

Em um de seus textos, Daniel Munduruku fala sobre a escrita e a possibilidade de usá-la a favor dos povos indígenas, através da literatura indígena, que “[...] não destrói a memória

na medida em que a reforça e acrescenta ao repertório tradicional outros acontecimentos e fatos que atualizam o pensar ancestral.”(2008).

Munduruku (2008) ainda afirma que: “Pensar a Literatura indígena é pensar no movimento que a memória faz para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e que nega os povos que a afirmam.”

A escrita indígena, como demonstração da capacidade de transformar a memória em identidade, é a afirmação da oralidade. Os povos antigos sempre priorizaram a fala, a palavra e a oralidade como instrumento de transmissão da tradição, e as novas gerações exercitavam assim sua memória, como guardiã das histórias vividas e criadas.

Ao ser questionado por outros autores e universidades o porquê de utilizar o termo indígena para qualificar a literatura produzida pelos escritores indígenas, já que sendo literatura não precisaria haver a qualificação, o autor esclarece que a literatura produzida sobre os índios continua representando estereótipos e conceitos ultrapassados, alimentando uma visão antiga e folclórica sobre os povos indígenas. E, ao contrário disso:

A literatura que os autores indígenas estão criando é nova sim. Traz um olhar sobre suas próprias sociedades e culturas. Traz um viés particular – embora, às vezes, contaminado pela cultura branca, europeia – capaz de confirmar e reafirmar suas identidades [...]Nossos escritos são literaturas, sim. E são indígenas, sim. Não há motivo para negar isso e menos ainda para partilhar com os escritores não-indígenas o merecimento que nosso esforço tem conseguido em tão pouco tempo. (Munduruku, 2008)

Em um vídeo – Bate-papo com Daniel Munduruku, publicado no canal *Árvore de Livros* do Youtube⁸ - Daniel responde a perguntas feitas por crianças e diz que seu livro preferido é “Meu vô Apolinário Um mergulho no rio da (minha) memória”.

O projeto do autor é fazer com que as pessoas olhem para si mesmas e para o outro e “vejam como é possível conviver com o diferente sem perder a própria identidade”, conforme citado no livro *Meu vô Apolinário* (2006, p. 38).

O livro, que tem como subtítulo a frase “Um mergulho no rio de minha memória”, conta como o autor descobriu-se índio e como seu avô o ajudou nisso. O respeito à memória (sabedoria ancestral) é um aspecto fundamental na “contação de histórias”.

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=DV0kUh5k-cA>

Segundo Pollack (1989) as histórias de vida: “[...] devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. [...] a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência.”

Ainda, segundo Pollack, (1989): “Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.”

Em relação aos gêneros utilizados pelos autores indígenas pode-se notar o hibridismo das textualidades indígenas, como manifestos da autorrepresentação (autobiografia) e da cosmorrepresentação (memórias), como no livro *Meu vô Apolinário – Um mergulho no rio da (minha) memória*, que já no subtítulo nos traz a questão da memória.

Em relação a autodenominação dos indígenas, vários nomes alternativos são propostos, como nativo americano, povo indígena, povo da primeira nação, ao questionar em seus textos identidades, estereótipos e rótulos que lhe foram impostos pelo não índio; muitos preferem utilizar o termo “índio” como um valor e uma apropriação. Daniel Munduruku, também no vídeo já citado do Canal do Youtube *Árvore de Livros*, diz que não gosta da palavra índio pois a acha “extremamente agressiva [...] faz com que as pessoas pensem numa pessoa fora da realidade, que não participa ou atrapalha a sociedade”; propõe, então, que os povos sejam chamados pelos nomes, pois assim seria muito mais fiel à cultura dessas pessoas. Também neste vídeo Daniel coloca que a escrita reforça sua identidade:

“[...] na medida em que eu vou pensando o que escrever vou pensando sobre aquilo que eu sou, vou reafirmando aquilo que eu sou; então a escrita é uma reafirmação disso que sou, disso que me tornei. Pra não perder esse meu pertencimento a um povo e a uma cultura, eu preciso estar o tempo inteiro refletindo sobre a cultura [...] escrevo para me sentir cada vez mais parte de uma cultura ancestral.”⁹

O livro *“Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória”* mostra a importância da figura do idoso na formação cultural e identitária do indígena, a partir da experiência do próprio autor, que relata em um vídeo ser seu avô um grande mestre e que foi ele quem o ensinou a aceitar sua identidade indígena. Na literatura indígena constata-se o lugar de destaque que as vozes da tradição possuem dentro das sociedades indígenas.

O idoso é uma figura importante e respeitada dentro das sociedades indígenas, pois carrega a sabedoria ancestral e a experiência de vida, e é através dos idosos da comunidade que as crianças aprendem sobre sua própria história.

⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=DV0kUh5k-cA>

No livro *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem e a cultura brasileira*, o autor Daniel Munduruku relata que o início de sua história de aceitação de ser índio foi com seu avô Apolinário. Relata que quando ouvia as histórias de seu avô, elas o fizeram superar suas crises de identidade e compreender coisas importantes para seu povo. Ao citar isso, propõe que se faça com que os alunos busquem algo que os índios têm e o povo brasileiro não tem, que é a ancestralidade, como forma de resolver um dos dilemas da educação, que é a crise dos valores. Este livro é apontado pela autora indígena Graça Graúna como indispensável para contextualizar o livro “Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória”, já que traz todo o processo de aceitação do autor em aprender a ser índio. Ainda no livro “O banquete dos deuses”, Daniel coloca que:

As sociedades tradicionais são filhas da memória e a memória é a base do equilíbrio das tradições. A memória liga os fatos entre si e proporciona a compreensão do todo. Para compreender a sociedade tradicional indígena é preciso compreender o papel da memória na organização da trama da vida. (2013, p. 23)

Neste livro, o autor realiza também uma reflexão sobre a questão do texto autobiográfico indígena, que pode servir como ponto de referência, caminho para o autodescobrimento e para a construção de identidades coletivas e individuais. Utiliza a primeira pessoa do singular e do plural demonstrando uma perspectiva individual e coletiva; mas ao escrever representando uma coletividade, o pronome “nós” pode demonstrar sua inserção em uma comunidade local (da etnia Munduruku), ou em uma comunidade nacional/brasileira e ocidental.

No livro *Meu vô Apolinário*, o autor traz sua raiva de ser índio, ao justificar o porquê de não gostar que lhe chamassem de índio, trazendo alguns estereótipos em relação ao índio, impostos a ele pelo discurso ocidental de que este era atrasado, selvagem preguiçoso. Aparece, então, a questão da autocrítica, ao se questionar o porquê de não gostar que lhe chamassem de índio. Por meio da tradição oral dos ensinamentos recebidos por seu avô, o autor modifica esta condição e relata que “aprendeu a ser índio”; nesse sentido, “assume seu papel de agente transformador dos estereótipos por meio do texto escrito, especialmente por meio das narrativas míticas e do relato autobiográfico.”

Conforme Graúna:

O ser e o tempo na narrativa de Daniel Munduruku atingem uma significação mais ampla, mostram que o senso de auto-história (coletiva) é um aspecto caracterizador dos povos indígenas, antes mesmo da colonização. Na literatura indígena contemporânea, a auto-história (individual) continua associada aos mitos de origem, com a tarefa também de expressar os ressentimentos provocados pela colonização.

A noção de auto-história seria “um ancorar-se nas raízes próprias do seu povo para se reconhecer sujeito da história, da própria história tecida pelo menino à luz da memória do avô Apolinário.” (GRAÚNA, 2013, p. 135)

Em *Kabá Darebu*, Daniel Munduruku apresenta um índio chamado Kabá Darebu, que conta seu dia-a-dia na aldeia onde vive, na Floresta Amazônica, aparecendo principalmente sua relação com a natureza e com seus familiares. Ao final do livro o autor realiza a escrita de textos informativos, em uma parte chamada boxes para leituras complementares, onde explica algumas coisas sobre os povos indígenas do Brasil e o povo munduruku, explicando também de maneira acessível ao seu leitor infantil o conceito de cultura, já que o livro, ao ser enviado pelo MEC às escolas, foi direcionado à alunos de 6, 7 e 8 anos.

Do mesmo modo que Graúna analisa a ancestralidade nos textos de Daniel Munduruku, cita a *pajelança literária* de Eliane Potiguara ao expor sua auto-história e o seu comprometimento com os parentes indígenas, à luz do saber ancestral que todos os escritores indígenas evocam em suas obras. Segundo Graúna (2011, p 237): “A percepção da memória, da auto-história e da alteridade configura um dos aspectos intensificadores do pensamento indígena na atualidade.”

Em relação à composição multimodal, nos livros de Daniel Munduruku aparecem outros elementos compondo os textos, como elementos visuais e grafismos. Embora os livros analisados sejam ilustrados por artistas não indígenas, há pesquisas, por parte destes ilustradores, sobre o grafismo e a arte do povo Munduruku e da cultura indígena. O ilustrador do livro “Meu vô Apolinário”, Rogério Borges, relata que procurou combinar várias culturas com o objetivo de “fazer referência à cultura indígena em geral.”. Alguns livros indígenas apresentam também ilustrações feitas por crianças das aldeias, tornando o texto mais significativo através do modo como as crianças leem o mundo e o interpretam.

5. REFLEXÕES FINAIS

O trabalho com a literatura indígena na escola possibilita a releitura do que o cânone ocidental considera como texto literário; como as textualidades indígenas possuem uma poética própria, estas são capazes de propor uma revitalização de conceitos vistos pelo cânone ocidental como únicos e definitivos.

Propondo superar estereótipos e preconceitos do senso comum, construídos sobre a realidade indígena que está na base do processo de discriminação sofrido por estas comunidades ao longo dos séculos, assim como o silenciamento e a invisibilidade dos diversos grupos indígenas, os escritores indígenas encontram na escrita e na literatura um espaço para dialogar com seus leitores e com eles mesmos sobre suas denominações e identidades.

Pelo contato com as textualidades indígenas, estereótipos podem ser debatidos e desfeitos, visões de mundo restritas têm a chance de ser ampliadas, o multiculturalismo pode alcançar expressão e competências leitoras que envolvem a compreensão de textos multimodais podem ser desenvolvidas. (Thié, 2013, p. 1186)

A literatura indígena brasileira, apesar de passar por um momento de ascensão cada vez maior, ainda mantém a publicação e a circulação de obras indígenas no Brasil reduzida; cabe a nós, estudantes e professores de crianças e jovens, estimulá-los para que descubram a riqueza desta literatura, já que os professores exercem um papel fundamental na formação de leitores competentes.

Conforme Graúna (2011), a literatura indígena pode ser um “[...] convite para desconstruirmos estereótipos e repensarmos os preconceitos; um convite para discutirmos a possibilidade de sonhar um mundo melhor; [...]”

Ao utilizarmos esta literatura em sala de aula, motivaremos a formação de leitores mais competentes, multiculturais e multiletrados; o contato com a literatura de outros povos propicia ao leitor não índio uma reflexão sobre si e sobre outros povos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Inês de. *Desocidentada: experiência literária em terra indígena*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. A escrita da comunidade ou um estilo indígena na literatura do Brasil. In: PERES, Ana Maria Clark (org.) *O estilo na contemporaneidade*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005, v.1, p. 97-106. Disponível em <http://poslit.letras.ufmg.br/pt-br/producao-intelectual/docentes-bienio-2004-2006>. Acesso em 02 nov. 2016

_____. *O caminho de um pensamento vivo e a estética orgânica – a escola indígena, a partir da experiência literária*. Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v. 10, n. 2, p. 17-34, julho – dezembro, 2014. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/464> Acesso em 02 nov. 2016

_____; QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise, didática – 1ª ed.* – São Paulo: Moderna, 2000.

FRIES, Alana. *Daniel Munduruku e Kaka Werá Jecupé: uma experiência de leitura do mundo do outro*. Espaço Ameríndio, v. 7, n. 1, p. 287-308, 2013.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GRAÚNA, Graça. *Educação, literatura e direitos humanos: visões indígenas da lei 11.645/08*. Educação & Linguagem, v. 14, n. 23/24, p. 231-260, 2011. Disponível, em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/viewArticle/2918> Acesso em 12 out 2016.

_____. *Literatura Indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em aberto*. Educação & Linguagem, v. 15, n. 25, p. 266-276, 2012. Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/3357/3078> Acesso em 14 set. 2016

MUNDURUKU, Daniel. *A escrita e a autoria fortalecendo a identidade*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/autoria-indigena/a-escrita-e-a-autoria-fortalecendo-a-identidade> Acesso em 14 set. 2016

_____. *Literatura indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade*. In: **OVERMUNDO**. [post]. 30 nov. 2008. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/literatura-indigena#-overblog-9088> Acesso em: 14 set. 2016.

_____. *Literatura x literatura indígena: consenso? A produção de literatura dos indígenas brasileiros*. Disponível em <http://danielmunduruku.blogspot.com.br/2016/02/literatura-x-literatura-indigena.html> Acesso em 14 set. 2016.

_____. *Kabá Darebu*. São Paulo, Brinque-book, 2002.

_____. *Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória*. Ilustrações de Rogério Borges. São Paulo: Studio Nobel, 2006.

_____. *O Banquete dos Deuses* [recurso eletrônico] conversa sobre a origem e a cultura brasileira. 1 ed. São Paulo: Global, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p 3-15.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. *Literatura infantil brasileira: um guia para professores e promotores de leitura*. – 2ª ed.- rev. – Goiânia: Câne Editorial, 2009.

SILVEIRA, Elza Gonçalves da. *Sobre a literatura Xacriabá*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG: CGEEI/ SECAD/ MEC, 2005.

TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. Da invisibilidade à “pacificação” do branco: percursos da autoria indígena no Brasil. In: PORTO, Ana Paula Teixeira; SILVA, Denise Almeida; PORTO, Luana Teixeira. *Para ler com prazer: proposições didáticas para o ensino da literatura*

e cultura africana, afro-brasileira e indígena em sala de aula. Frederico Westphalen, URI: Frederico Westphalen, 2015.

_____, *De palmeiras e colibris ou de como a voz guarani vem se tornando letra*. Texto apresentado em Encontro do Grupo de Trabalho sobre Poéticas Orais, 2010.

_____. Mais um sequestro na literatura brasileira: o caso das literaturas indígenas. In: GOMES, Gínia Maria (org). *Literatura Brasileira Contemporânea: Geografias*. Frederico Westphalen, URI: Frederico Westphalen, 2013.

THIÉL, Janice. *Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção Práticas Docentes, 3)

_____. *A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural*. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 4, 2013. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/38161/0> Acesso em 14 set 2016

_____. *A literatura infanto-juvenil indígena brasileira e a promoção do letramento multicultural*. *Literartes*, n. 5, p. 88-99, 2016. Disponível em <http://www.periodicos.usp.br/literartes/article/view/107454> Acesso em 14 set. 2016

ANEXOS 1

Referências de materiais utilizados no projeto desenvolvido:

Caixa educativa – Museu da UFRGS - <http://www.ufrgs.br/museu/educativo/caixas-educativas>
- https://issuu.com/ufrgsmuseu/docs/a_oeseducativas

Materiais da caixa disponíveis na Internet:

Filmes:

A mata é que mostra nossa comida (Nên ã tỹ ãg vỹjẽn nĩm tĩ) - Prefeitura Municipal de Porto Alegre / NPPPI / SMDHSU. Disponível em: <https://vimeo.com/16565467>

Os seres da mata e sua vida como pessoas (Nhandé va'e kue meme'ĩ) - Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – Núcleo de Políticas Públicas com Povos Indígenas. Disponível em <https://vimeo.com/16341930>

Duas aldeias, uma caminhada - Projeto Vídeo nas Aldeias – Disponível em <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/video.php?c=25>

Livro-CD *Yvy Poty, Yva'á* – Flores e Frutos da Terra - Cantos e danças tradicionais Mbyá-Guarani - produzido em parceria entre grupos de três comunidades da Grande Porto Alegre, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em projeto apoiado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Outros domínios da internet:

Rádio Yandê – 1ª rádioweb de cultura indígena do Brasil - <http://radioyande.com/>

Vídeos nas aldeias - <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/> - 10 episódios

Conselho de Missão entre Povos Indígenas - <http://comin.org.br/>

Conselho Indigenista Missionário - <http://cimi.org.br/site/pt-br/>

Povos Indígenas no Brasil - ISA - <https://pib.socioambiental.org/pt>

Vídeo Pajerama - <https://www.youtube.com/watch?v=BFzv0UhHcS0&t=12s>

Povos Indígenas no Brasil Mirim - <https://pibmirim.socioambiental.org/pt-br>

Grumin - <http://www.grumin.org.br/principal.htm> e <http://grumin.blogspot.com.br/>

Índiosonline - <http://www.indiosonline.net/>

Escritores e editoras:

Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas do Inbrapi -

<http://escritoresindigenas.blogspot.com.br/>

PensamentAções e suas fronteiras - <http://ademarioar.blogspot.com.br/>

Graça Graúna - <http://tecidodevozes.blogspot.com.br/> e <http://ggrauna.blogspot.com.br/>

Eliane Potiguara - <http://elianepotiguara.org.br/>

Instituto Uka Casa dos Saberes Ancestrais - <http://institutouka.blogspot.com.br/>

Daniel Munduruku 20 anos de Literatura - <http://danielmunduruku.blogspot.com.br/>

Canal de vídeos Daniel Munduruku - <https://www.youtube.com/user/dmunduruku>

Editora Peirópolis - <http://www.editorapeiropolis.com.br/>

Anexo 2.3 – Conversa com o Cacique Vherá Poty no dia da visita ao Museu da UFRGS



Anexo 2.4 – Encontro com escritor Daniel Munduruku na Feira do Livro de Canoas



Anexo 2.5 e 2.6 – Visita à aldeia indígena Tekoá Pindó Mirim

